

“O mameluco” (1882), de Amélia Rodrigues: um estudo sobre as questões raciais no contexto de produção literária brasileira do século XIX

Lara Faria Jansen França¹

Profa. Dra. Juliana Maia de Queiroz²

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os estudos que investigam a presença da autoria feminina no campo das letras oitocentistas no Brasil operaram um grande avanço com o descortinamento de um significativo número de mulheres atuantes nos processos editoriais que delineavam a constituição de uma literatura brasileira. Dentro dessa perspectiva, Nara Araújo (2000) destaca que a reformulação da tradição literária a partir da inserção dessa escritura feminina, antes esquecida, altera a perspectiva tanto da conjuntura de consolidação da literatura no Brasil quanto a compreensão da história cultural do período. Isso porque se colocar como sujeito de enunciação, para além do papel de musa inspiradora ou de leitora, era também questionar a atribuição de poder em uma sociedade androcêntrica, bem como seus mecanismos simbólicos de dominação fundamentado na divisão e hierarquização social a partir da categoria de gênero.

Nesse intento de reduzir o silenciamento social e tornar visível a literatura feminina no Brasil, pode-se observar que desde o século XIX já se realizavam trabalhos de catalogação como forma de reivindicar o espaço e a importância da mulher entre a produção letrada da época, sendo grande parte antologias que reuniam textos de homens e mulheres, ainda que o destaque para a presença feminina fosse consideravelmente menor. Em relação a isso, uma obra que colocou em evidência a participação desse grupo no período oitocentista foi *Mulheres illustres do Brasil* (1899), da escritora Ignez Sabino³ (1853-1911), com a biografia de dezoito mulheres do meio intelectual brasileiro que “contribuíram para a formação da identidade do país, seja no âmbito político, social e, principalmente, literário” (LIMA, 2019, p. 47). Entre elas são apresentadas Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), Nísia Floresta (1810-1885) e Maria Benedita Câmara de Bormann (1853-1895), sobre as quais já é possível encontrar diversos estudos sobre suas produções literárias.

¹ Mestranda em estudos literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA.

² Professora efetiva de Literatura da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL).

³ SABINO, Ignez. *Mulheres Illustres do Brasil*. Edição fac-similar. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1996.

Nesse sentido, é importante destacar que a produção literária feminina na segunda metade do século XIX na província da Bahia também buscou seguir o movimento de inserção da mulher no meio intelectual já iniciado em outras regiões do Brasil. Entretanto, essa mudança no pensamento vigente da época se realizou juntamente com a propagação de um discurso pedagógico sobre a normatização da mulher ideal, tema esse que tinha um amplo espaço na imprensa destinada ao público feminino baiano. Assim, é preciso lembrar que mesmo com os novos ideais propagados a partir da segunda metade do século XIX, o desenvolvimento econômico da província da Bahia continuou dentro dos moldes coloniais em relação a centralização das atividades produtivas em uma cadeia hierárquica entre Salvador e as vilas e povoados do interior. Desse modo, a estrutura colonial e agrária, mesmo após a independência do Brasil de Portugal, permaneceu como um forte traço do desenvolvimento daquela região, refletindo-se também nas estruturas familiares, administrativas e religiosas.

Um exemplo desse reflexo na dinâmica social baiana do período é a organização de um projeto civilizador da imagem feminina pelo viés positivista e higienista, isto é, a inserção da mulher no mundo público por meio da valorização das funções maternas e assistencialistas. Conforme Lina Aras e Simone Marinho (2012), esse projeto de construção sobre os novos ideais de mulher, agora participante em certa medida da vida pública, fazia parte de um processo de modernização maior promovido pelo Estado brasileiro após o rompimento dos laços políticos com a metrópole portuguesa e tinha como objetivo recuperar e reforçar a tutela do país em detrimento do poder exercido pelos senhores de terras no território. Dessa maneira, muitos foram os meios de fomento dessa nova sociedade modernizada, a exemplo da Igreja, por meio do regime de padroado, da classe médica higienista e da imprensa voltada para o público feminino:

Neste contexto, portanto, de modernização e inclusão das mulheres na vida pública é que devemos situar o surgimento de uma imprensa para mulheres na Bahia. Apesar da mentalidade conservadora e paternalista baiana, resistente a qualquer inovação, seja no âmbito econômico ou cultural, que teimou em sobreviver, foram criadas as condições para o nascimento das publicações femininas, em virtude do ideal modernizador, que havia sido proposto já no Império. (ARAS, MARINHO, 2012, p. 101-102)

Neste contexto de conflito entre a manutenção da tradição e os ideais progressistas que ganhavam força em diversas localidades do país é que Amélia Augusta Rodrigues do Sacramento (1861-1926) dá corpo à sua produção literária. Filha de Maria Roquelina Rodrigues e Félix Rodrigues, a escritora nasceu na localidade de Oliveira de Campinhos, na região de Santo Amaro, centro da produção açucareira da Bahia no século XIX, na data de vinte e seis de maio de 1861. Segundo Milena Queiroz (2022), apesar de não ser precisa a

ocupação dos pais de Amélia Rodrigues, é possível inferir que seu pai exercia alguma função como funcionário público, uma vez que a família residia na sede do município e sua condição financeira não era equiparável aos de senhores de engenho. Sobre isso, Dain Borges (1992), em um estudo sobre a constituição familiar da Bahia entre os anos de 1870 e 1945, apresenta em uma nota de referência⁴ a assertiva de que Félix Rodrigues ocupava o cargo de escrivão de paz de Oliveira de Campinhos, além de ser um pequeno lavrador. Logo, mesmo que com certas condições financeiras enquanto no seio familiar, o exercício de uma profissão era indispensável para Amélia Rodrigues manter sua independência, fato que teve grande influência em seus escritos ao longo da vida.

Além disso, conforme os estudos de Ivia Alves (2004) e Queiroz (2022), apesar da imprecisão a respeito do nível cultural da família da escritora, de acordo com os parâmetros legitimados para a época, é possível destacar algumas condições favoráveis que permitiram que Amélia Rodrigues conseguisse ultrapassar o cerco da realidade educacional destinadas às mulheres ao alcançar um elevado grau de instrução em áreas como a matemática e as línguas estrangeiras, incluindo o alemão:

O estudo de alemão foi de grande valor para a vida intelectual de Amélia Rodrigues, porque se constituiu em um meio para o conhecimento de novas pedagogias, bem como em um instrumento que lhe permitiu traduzir para o português alguns livros para ela importantes, conforme consta da sua bibliografia. Por outro lado, depreende-se do seu acervo, conservado em 6 caixas, tipo arquivo, que Amélia Rodrigues lia muito e tinha múltipla áreas de interesse: desde filosofia, ética e moral a literatura nacional e estrangeira, sem desprezar as informações que lhe compunham o cotidiano, isto é, o que vinha acontecendo no Brasil e no mundo, como os movimentos socialistas, as lutas da mulher, entre outros. (ALVES, 2004, p. 73)

Logo, é perceptível como o desenvolvimento intelectual de Amélia Rodrigues ultrapassou os parâmetros de educação recebidas por moças de famílias abastadas, além de ter estado inicialmente ancorado nas possibilidades de oferta de instrução social repassadas por membros de sua família, a exemplo de parentes clérigos como o cônego Alexandrino do Prado Valadares. Ainda segundo Alves (2004) e Queiroz (2022), após as primeiras letras, a escritora passou aos estudos adiantados sob a orientação dos professores Antônio de Araújo Gomes de Sá e Manuel Rodrigues Martins de Almeida, seguido do ingresso na escola formal de Santo Amaro, comandada por Cândida Álvares dos Santos, com o intuito de se preparar para o magistério. A trajetória de êxito acadêmico percorrida por Amélia Rodrigues culminou na aprovação em primeiro lugar em um concurso público para o cargo de professora primária

⁴ Maria Cristina Fraga Tanajura, “Amélia Augusta do Sacramento Rodrigues: A educadora” [MS, 1961, Arquivo Amélia Rodrigues], p. 3.

realizado na região de Santo Amaro e na divulgação honrosa de seu feito em diversos jornais da época.

Dessa maneira, pode-se inferir que, mesmo em uma posição social intermediária por conta da origem e condição financeira, Amélia Rodrigues logrou de uma formação que possibilitava a inserção em círculos mais consagrados que o seu, o que de fato aconteceu em alguns momentos de sua vida, a exemplo da excelente recepção pública de sua peça *Fausta*⁵ (1886) e da ampla influência que exerceu sobre diversos segmentos sociais quando esteve à frente de periódicos católicos. Porém, é explícito que a sua compreensão de mundo, no que diz respeito à imposição da dependência e inferioridade, se aproximou mais de grupos marginalizados em muitos de seus textos e ações como educadora, de modo que também trouxe à tona críticas sobre a violência institucionalizada para com negros e indígenas, além da dificuldade de ascensão destes.

Em relação à sua atuação como escritora, Amélia Rodrigues estreia na cena literária com o poema intitulado *Ser pobre*, publicado no ano de 1879 no periódico *O Monitor* (1876-1881), próximo, então, ao período em que prestava concurso público para o magistério. Segundo Queiroz (2022), a escritora demonstrou desde o início do seu trabalho literário uma preocupação com as questões sociais da época, a exemplo da luta pela participação ativa da mulher em sociedade e da crítica à escravidão e marginalização de negros e indígenas, os quais foram motes de outras produções. É justamente nesta primeira fase de sua produção literária, antes de a escritora se filiar à imprensa católica, que Amélia Rodrigues publica *O mameluco*, no ano de 1882, onde aprofundou a reflexão sobre as questões raciais já vistas anteriormente em alguns de seus poemas. De acordo com a prática de publicação seriada, a obra chegou aos leitores no formato de romance-folhetim, e em uma frequência diária, no dia 1º de outubro, sendo finalizado no dia 14º do mês de novembro do referido ano no jornal *Echo Sant'Amarense*⁶ (1881-1886), localizado no interior do recôncavo baiano, na localidade

⁵ *Fausta* (drama em 4 atos), 1886. (manuscrito). De acordo com Alves (1998), a produção da escritora datada até 1892 se encontra em seu acervo no Instituto Feminino da Bahia, onde é possível encontrar o manuscrito do drama em questão. Outras partes da obra de Amélia Rodrigues estão dispersas entre o acervo de periódicos do Mosteiro de São Bento, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Coleção Leituras Católicas), a Biblioteca Central do Estado da Bahia, o Instituto Feminino da Bahia, o acervo do Centro Salesiano de Documentação e Pesquisa (Barbacena-MG) e a própria Hemeroteca Digital Brasileira. A produção acadêmica que contemplou essas fontes pode ser consultada nos estudos de Alves (1998, 1999, 2001, 2004, 2005, 2011), Queiroz (2022), Paiva (1997), com destaque para esta última que realizou a única pesquisa encontrada onde é possível observar parte do conjunto epistolográfico deixado pela escritora, mais especificamente no que se refere à correspondência entre ela e o censor frei Pedro Sinzig (1876-1952)

⁶ De acordo com Orivalda Reis e Gilberto Sobral (2016), o periódico pertenceu ao partido Conservador da Bahia e apoiou a manutenção da escravidão requerida pelos senhores de terra do Recôncavo baiano, além de ter sido um dos principais meios de comunicação que circularam em Santo Amaro na década de 80 do século XIX, a última década da escravidão institucionalizada. Fato interessante quando colocado em contraste com a publicação de um romance que tece críticas ao regime escravista e à política de Estado.

de Santo Amaro. Atualmente o romance se encontra no setor de periódicos raros da Biblioteca Central do Estado da Bahia, além de ter sido reeditado no ano de 2022, fruto da pesquisa de recuperação realizada por Milena Queiroz durante a vigência de seu mestrado e doutorado.

De acordo com Alves (2005), a obra tem uma orientação nacionalista em função da construção de um personagem representativo do processo de miscigenação entre diferentes etnias no país, a partir de um viés romantizado, além de dialogar com outros romances indianistas anteriores a ele, como os de José de Alencar. Acrescenta-se a isso o retrato crítico a respeito da violência para com os povos originários e negros, de modo a inserir um debate sobre a influência do paradigma escravista na política por meio da explícita reprovação das ações do Estado durante a Guerra do Paraguai, a qual, segundo Queiroz (2022), cooptou um grande número de indivíduos marginalizados e não brancos para lutar em nome de um patriotismo que não correspondia a eles, principalmente quando se coloca em questão a tentativa de embranquecimento da população ao priorizar o envio de negros para as frentes de batalha, questões essas pontuadas também por estudos anteriores referente a participação desses grupos na guerra. Nesse sentido, vejamos a posição da autora a partir do seguinte excerto destacado do romance:

Convocou, pois, as forças do País invocando o patriotismo dos brasileiros; a guarda nacional correu a prestar-se, formaram-se expedições para angariar contingentes, e as fileiras povoavam-se de soldados. O recrutamento, pois, havia começado. Os mandões políticos do interior do sertão principalmente, os ambiciosos de toda a espécie, de todo o quilate, obtiveram honrarias, postos e dinheiro à custa das lágrimas e do sangue alheios; um punhado de recrutas era um serviço prestado à nação e um penhor de mérito a uma recompensa qualquer. (RODRIGUES, 2022, p. 19)

Publicado poucos anos antes da abolição da escravatura (1888) e da Proclamação da República (1889), o romance *O mameluco* apresenta questões cruciais na conjuntura de transformações da sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX. Isto é, o tempo do enredo e o tempo de publicação da obra, além de dialogarem entre si com os aspectos históricos levantados, também apresentam recortes essenciais para se compreender o romance de Amélia Rodrigues dentro do sistema literário da época, momento em que a estética realista começa a entrar em voga nos meios letrados. Ambientado temporalmente no ano de início da guerra (1864), o romance apresenta uma perspectiva crítica da realidade social a partir da contestação sobre as movimentações políticas para a participação do país no conflito, fato esse que impactou diretamente a realidade socioeconômica da Bahia durante o período. Mesmo com uma forte aproximação dos moldes literários do romantismo brasileiro vistos em obras indianistas anteriores ao *O mameluco*, é perceptível a criação de um espaço

de crítica e reflexão social em uma camada mais sutil e menos aparente do que o romance romântico retratado, fato que chama atenção também para as condições de publicação da mulher escritora no século XIX, além das especificidades vinculadas ao meio em que o romance-folhetim circulou.

A respeito desse conflito, Amélia Rodrigues tece uma das poucas críticas expostas de maneira explícita e contundente ao longo de todo o romance, sendo, inclusive, reservado o espaço de um capítulo inteiro para expor a sua posição a respeito das decisões políticas do país em tal conjuntura histórica. Além disso, o contexto em que a autora publica o romance, doze anos depois do fim da guerra, é um momento muito conturbado e amplamente impactado pelas repercussões e disputas internas que começaram a se expandir pelo território durante o período da guerra, como as discussões sobre os impactos econômicos e sociais do movimento abolicionista e as disputas político-partidárias entre liberais e conservadores sobre as formas e rumos de governo no Brasil.

Iniciada em meados da década de 60, a Guerra do Paraguai assumiu muitas faces para a política e a sociedade brasileira do século XIX, principalmente quando se fala em questões envolvendo conflitos raciais e o embate entre os discursos abolicionistas e tradicionalistas, tema ao qual Amélia Rodrigues também não foge ao expor como a guerra foi usada para perpetuar a percepção objetificada e cruel para com os povos inferiorizados dentro de um sistema escravocrata já em crise devido as mudanças econômicas e sociais que aconteciam à época. Dentro dessa perspectiva, as peculiaridades da província da Bahia no que diz respeito as questões como escravização e mestiçagem, temas presentes no romance, e suas relações com as decisões político-econômicas também constitui um aspecto central na discussão sobre a guerra.

Sobre isso, Marcos Vaz Sampaio (2019) aponta que a Guerra do Paraguai teve importante influência na recuperação econômica da província da Bahia na década de 1860, em relação a crise vivida durante a década de 1850. A eclosão dessa guerra permitiu a extensão de um momento propício no desempenho econômico da região, a exemplo do crescimento de exportações que dinamizaram o mercado local. No entanto, para além dos efeitos positivos, tal conjuntura também evidenciou a economia frágil, a alta concentração de renda, baixa monetização e dinamização fundamentada em um modelo primário-exportador que dependia de fatores externos para alavancar sua expansão e crescimento local, fatores que colocam em evidência o embate entre tradição e progresso na segunda metade do século XIX mencionado anteriormente por Queiroz (2022).

Em conformidade com a perspectiva de usos da guerra para além da justificativa de defesa da nação, Monique Cerqueira (2019) também expõe os diferentes interesses em jogo no que diz respeito a participação do país no conflito ao apontar as disputas ideológicas a partir da análise discursiva de grupos políticos concorrentes nos periódicos do século XIX. Neste sentido, a pesquisadora busca demonstrar como os jornais foram usados em tentativas de construções ideológicas a respeito da ideia de nação durante o interstício da Guerra do Paraguai e a década posterior a ela a partir do mapeamento de posicionamentos contra e a favor tanto da guerra quanto da manutenção da monarquia. Dessa forma, a imprensa do século XIX, mais especificamente nas décadas de 60 e 70, vai desvelar embates políticos e sociais a respeito do papel da guerra para o Estado brasileiro, com destaque para a criação de sentidos positivos de reconhecimento e integração da população durante os anos de conflito. De acordo com a autora, grande parte dos periódicos analisados buscaram construir e reforçar o poder simbólico do Estado Imperial e apoiar o exercício de poder da monarquia a partir do partido conservador, de modo que as propagandas e notícias da participação do Brasil na guerra eram veiculadas a partir aspectos supostamente necessários para a sociedade, além de pintar uma imagem heroica do país.

Em relação a esse acontecimento como um contexto do romance, Amélia Rodrigues, mais de uma década depois, apresenta no enredo um posicionamento crítico a respeito da adesão do país a guerra ao retratar as circunstâncias em que homens pobres, mestiços, negros e escravizados foram detidos por senhores de terra com o intuito de serem enviados em contingentes para oficiais do exército. Acrescente-se a isso a denúncia a respeito das formas de inserção no movimento Voluntários da Pátria, o qual, segundo Silva Felix Júnior (2009), era uma das principais fontes de insatisfação social para a população do interior da província, uma vez que o recrutamento para o Exército de Linha tinha como alvo todos aqueles que não se encaixavam na condição de votante. Segundo o autor, os grupos mais marginalizados compreendiam a guerra como outra forma de trabalho forçado, situação essa que criou uma resistência aos comandos locais e governamentais e gerou conflitos de combate corpo a corpo e armados na tentativa de resgatar os recrutados à força pelo governo. Em relação a isso, o trecho abaixo exemplifica uma dessas faces do recrutamento:

No pátio fronteiro à casa, alguns grupos de negros e mulatos falavam, gesticulavam e caminhavam, algumas mulheres choravam, um velho abraçado a um rapaz queixava-se amargamente e, de vez em quando, algumas gargalhadas de zombaria misturavam-se a tudo isso.

[...] Era uma cena estranha naquele lugar: o recrutamento de soldados para o Paraguai, o tributo de lágrimas, o imposto de sangue que a pátria requeria.

[...] – Onde arranjou esses?...

- Homem, o que não falta é gente vadia e robusta, ótima para a guerra. São dois vaqueiros daqui mesmo, o neto daquele velho que está ali a lastimar-se e aquele outro que está falando àquela rapariga, o Fernando Santa Luz.
- E você teve ânimo de arrancar esses rapazes a sua família?
- Ora! Que me importam as lágrimas de quatro mulheres velhas? Choram hoje, amanhã estão se rindo. (RODRIGUES, p. 25-27, 2022)

Nesta cena é possível observar como a escritora descreve a prática do recrutamento para a guerra, levantando indícios de que o movimento de inscrição de soldados para postos oficiais foi bem mais complexo em comparação com as campanhas de voluntariado divulgadas pelo governo. Além da venda de escravos para o exército, muitos homens livres também não escaparam de serem submetidos a uma filiação imposta devido a cor da pele, etnia e condição social, tal como aconteceu com o personagem de Fernando Santa Luz. Descrito como vaqueiro por José de Souza, proprietário de terras da vizinhança e responsável pela captura forçada de possíveis soldados, Fernando é apresentado como um homem livre de ascendência indígena materna que perdeu o direito de sucessão sobre herança do pai, também dono de uma fazenda prospera, devido a sua linhagem se considerada socialmente inferior. Diante disso, é perceptível como a questão da mestiçagem foi usada como um meio de marcar o não-lugar e de fragilizar direitos para os descendentes de etnias consideradas inferiores durante a guerra, crítica também presente no romance, com atenção para a problemática dos significados subjacentes ao uso do conceito de miscigenação com teor patriótico durante e posteriormente ao conflito com o intuito de mascarar a violência e o extermínio desses povos.

Além disso, Amélia Rodrigues também destaca a fragilidade desse imaginário indianista por meio do percurso social dos filhos do casal, os mamelucos Fernando e Magdalena, marcado pela marginalização social e preconceito racial, ao contrário do que afirmava os discursos políticos e intelectuais que tentaram colocar o indígena em um lugar de heroísmo e seus descendentes com os portugueses em uma posição aparentemente privilegiada por serem considerados os verdadeiros brasileiros. Em relação a isso, Queiroz (2022) aponta que o brasileiro híbrido criado pelo romantismo estava à mercê da elite branca colonial e que na realidade, para além das páginas e propagandas nacionalistas, o tratamento destinado aos indígenas não era tão distante aos dos negros escravizados, uma vez que a aceitação desse grupo pela intelectualidade somente reiterava a inferioridade dos nativos enquanto objetos valorizados, não como indivíduos respeitados, concepção que reforçava as práticas violentas para com esse grupo.

Em suma, assim como os discursos políticos e jornalísticos, a literatura também não escapou a esse contexto de construção do que poderia vir a ser nacional, principalmente com o embate entre progresso e manutenção de tradições exacerbado pela conjuntura da guerra.

Em relação ao romance *O mameluco* isso pode ser compreendido também a partir da presença e do entrelaçamento das estéticas romântica e realista, na medida em que a autora apresenta uma crítica aos aspectos sociais e políticos da época dentro de uma estrutura de romance herdada de décadas anteriores a sua publicação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Ivira Iracema Duarte. Amélia Rodrigues. In: Muzart, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. Florianópolis: Mulheres, 2004, v. 2, p. 72-103.

_____. O mameluco: um romance-folhetim de autoria feminina. In: Alves, Ivira Iracema Duarte (Org.). *Interfaces: Ensaaios críticos sobre escritoras*. Ilhéus: Editora da UESC, 2005, p. 193-208.

ARAS, Lina Maria Brandão e MARINHO, Simone Ramos. A imprensa feminina: normatização da conduta feminina nos jornais para mulheres (Bahia, 1860-1917). *Historiæ*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 96–115, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/2591>. Acesso em: 21 abr. 2023.

ARAÚJO, Nara. Do vazio e do silêncio. In: Muzart, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras brasileiras do século XIX*. 2ª ed. Florianópolis: Mulheres, 2000, v. 1, p. 13-16.

BORGES, Dain Edward. *The Family in Bahia, Brazil, 1870-1945*. Stanford University Press, 1992.

CERQUEIRA, Monique Hellen Santos Reis. Embates Ideológicos: a manipulação dos discursos político-partidários nos jornais. In: CERQUEIRA, Monique Hellen Santos Reis. *Entre cartas e jornais: os discursos sobre a Guerra do Paraguai (1864-1870) como uma afirmação identitária*. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12527>. Acesso em: 21 jul. 2023.

LIMA, Antonia Rosane Pereira. “Mulheres Illustres do Brazil”, de Ignez Sabino, e sua ressonância em dicionários de autoria feminina nos séculos XX e XXI. 2019. 125 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Estudos Literários) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/902>. Acesso em: 04 abr. 2023.

QUEIROZ, Milena Britto de. Amélia Rodrigues e a Escrita das Mulheres do Século XIX. In: RODRIGUES, Amélia. *O mameluco: romance brasileiro*. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022, p. 137-220.

REIS, Orlivalda de Souza; SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles. Editorias do Echo Santamarense: um estudo das estratégias argumentativas. In: ABBADE, Celina Márcia de Souza; SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. *Entre a palavra, o discurso e o texto*. Curitiba: Appris, 2016, p. 138-153.

RODRIGUES, Amélia. *O mameluco: um romance brasileiro*. Salvador, BA: Boto-cor-de-rosa livros arte e café, 2022.

SILVA FELIX JÚNIOR, Osvaldo. Conflitos Político-Eleitorais que Marcaram a Província da Bahia Durante a Guerra do Paraguai. *PerCursos*, Florianópolis, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1559>. Acesso em: 20 jul. 2023.

VAZ SAMPAIO, Marcos Guedes. As guerras dos anos 1860 e a recuperação econômica da Província da Bahia. *Revista Crítica Histórica*, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 275–297, 2019. DOI: 10.28998/rchv110n20.2019.0014. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/criticahistorica/article/view/8844>. Acesso em: 20 jul. 2023.

